

**ADITAMENTO Nº. 2 AO INSTRUMENTO PARTICULAR
DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM:
NOMINATIVAS E ESCRITURAIS, COM GARANTIAS FIDEJUSSÓRIA E REAIS**

Pelo presente instrumento particular de Aditamento nº. 2 à Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Em Série Única, Nominativas e Escriturais, com Garantias Fidejussória e Reais ("Aditamento"), as partes:

de um lado, como emissora:

1. **INPAR INVESTIMENTOS II S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, 205, 2º. Andar, cj. 24-D1, inscrita no CNPJ/MF sob o no. 11.381.193/0001-94, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra-assinados (adiante designada "Emissora");

e, de outro lado, como agente fiduciário:

2. **PENTÁGONO S.A. DTVM**, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social (adiante designada "Agente Fiduciário");

como terceiros garantidores:

3. **PROJETO RESIDENCIAL MARINE HOME RESORT SPE 66 LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Av. Prefeito Osmar Cunha, 251 - Sala 103 A, Centro, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88015-100 com CNPJ sob n.º 08.814.853/0001-79, neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus representantes legais infra-assinados (adiante designada "Incorporadora"); e
4. **INPAR S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, 205, 2º. Andar, cj. 21-A, inscrita no CNPJ/MF sob nº 67.571.414/0001-41, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra-assinados (adiante designada "Fiadora");

(a Emissora, o Agente Fiduciário, a Incorporadora e a Fiadora são doravante denominados, em conjunto, como "Partes" e, individualmente, como "Parte"),

CONSIDERANDO QUE, em 15 de dezembro de 2009, as Partes celebraram Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Em Série Única, Quirografárias, Nominativas e Escriturais, com Garantias Fidejussória e Reais (conforme alterada e consolidada de tempos em tempos, inclusive nesta data, a "Escritura de Emissão" ou "Escritura"), pela qual a Emissora realizará sua 1ª. emissão ("Emissão") de 200 (duzentas) Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, nominativas e escriturais, conforme descritas e caracterizadas na Escritura de Emissão ("Debêntures"), as quais serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº. 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Oferta Restrita");

CONSIDERANDO QUE a Escritura de Emissão foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o no. ED000475-3/000, em sessão de 17 de dezembro de 2009;



CONSIDERANDO QUE, em 18 de dezembro de 2009, as Partes celebraram Aditamento Nº. 1 ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Em Série Única, Nominativas e Escriturais, com Garantias Fidejussória e Reais, cujo aditamento foi aprovado em Assembléia Geral em 18 de dezembro de 2009, os quais foram regularmente registrados perante a JUCESP;

CONSIDERANDO QUE a aprovação, em Assembléia Geral Extraordinária, da Oferta Restrita foi integralmente re-ratificada nesta data, a qual será protocolada para registro na JUCESP;

CONSIDERANDO QUE as Partes decidiram aditar a Escritura de Emissão, nos termos da Lei 6.404/76, conforme alterada, e demais legislação aplicável, e consolidar integralmente todos os seus termos conforme o Cláusula B deste presente instrumento que, substituirá, para todos os fins e efeitos, sem solução de continuidade a escritura anteriormente celebrada.

AS PARTES têm entre si, certo e ajustado, celebrar o presente Aditamento, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA A – DEFINIÇÕES

A.1 Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste Aditamento são aqui utilizados com o mesmo significado atribuído a tais termos na Escritura de Emissão.

CLÁUSULA B - ADITAMENTO

B.1 As Partes, neste ato, de comum acordo, resolvem aditar e consolidar os termos da Escritura de Emissão, que, a partir da presente data, passará a vigor com a redação consolidada descrita abaixo:

"INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª. EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, NOMINATIVAS E ESCRITURAIS, COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA

Pelo presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª. Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Em Série Única, Nominativas e Escriturais, com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória ("Escritura de Emissão" ou "Escritura"), as partes:

de um lado, como emissora:

- 1. INPAR INVESTIMENTOS II S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, 205, 2º. Andar, cj. 24-D1, inscrita no CNPJ/MF sob o no. 11.381.193/0001-94, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra-assinados (adiante designada "Emissora");

de outro lado, como agente fiduciário:

- 2. PENTÁGONO S.A. DTVM**, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social, representando a

comunhão dos adquirentes das Debêntures, conforme abaixo definido (adiante designada "Agente Fiduciário");

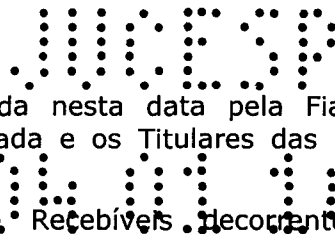
e, como terceiros garantidores:

3. **PROJETO RESIDENCIAL MARINE HOME RESORT SPE 66 LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Av. Prefeito Osmar Cunha, 251 - Sala 103 A, Centro, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88015-100 com CNPJ sob n.º 08.814.853/0001-79, neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus representantes legais infra-assinados (adiante designada "Incorporadora"); e
4. **INPAR S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, 205, 2º. Andar, cj. 21-A, inscrita no CNPJ sob o nº 67.571.414/0001-41, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinatura do presente instrumento (doravante denominada "Fiadora").

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES

1.1 Para fins desta Escritura de Emissão são adotadas as definições abaixo. Adicionalmente, a menos que o contexto disponha de outra forma: (i) os títulos são inseridos apenas por conveniência e não afetam sua interpretação; (ii) as referências a cláusulas e/ou itens devem ser interpretadas como referências às cláusulas e/ou itens deste documento; (iii) palavras no singular terão o mesmo significado no plural, e vice-versa; e (iv) referências a qualquer dispositivo legal ou regulamentar devem ser interpretadas como referências a tais dispositivos conforme em vigor à época.

" <u>Afiladas</u> ":	Qualquer Pessoa que, direta ou indiretamente, através de um ou mais intermediários, controle a, seja controlada por ou esteja sob controle comum com a Inpar S.A. e/ou qualquer Garantidor;
" <u>Agente Cobrador Bancário</u> ":	BANCO ITAÚ S.A. , instituição financeira responsável pela prestação dos serviços de cobrança dos Recebíveis de titularidade da Incorporadora;
" <u>Agente Fiduciário</u> ":	PENTÁGONO S.A. DTVM , instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, ou qualquer outra instituição que venha substituí-la;
" <u>Auditor de Recebíveis</u> ":	MONITORAMENTO E SERVIÇOS FINANCEIROS IMOBILIÁRIOS LTDA. , sociedade com sede na Av. Paulista, no. 453, 15º. andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o no. 05.798.959/0001-93, empresa responsável pelos serviços de auditoria e padronização dos Recebíveis;
" <u>Instituição Colocadora</u> ":	ASM ASSET MANAGEMENT DTVM S.A. , com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 700, bloco 6 – grupo 326, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.678.955/0001-28, instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, responsável pela colocação das Debêntures, nos termos do Contrato de Colocação;
" <u>Banco Mandatário</u> ":	BANCO ITAÚ S.A. , instituição financeira responsável pela prestação dos serviços de banco mandatário desta Emissão;



"Carta de Fiança":

Fiança solidária emitida nesta data pela Fiadora e tendo a Emissora como afiançada e os Titulares das Debêntures como beneficiários;

"Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios":

Cessão Fiduciária de Recebíveis Decorrentes dos Créditos Imobiliários detidos pela Incorporadora, correspondentes a 100% (cem por cento) dos referidos Créditos Imobiliários, incluindo, todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a eles relacionados, bem como toda e qualquer receita, multa de mora, penalidade e/ou indenização que venham a ser devidas à Incorporadora pelos devedores dos Créditos Imobiliários, presentes e futuros, em garantia do pagamento integral das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, na forma do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;

"CETIP":

CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;

"Compromissários Compradores" ou "Devedores":

Pessoas físicas ou jurídicas que, por meio dos Compromissos de Venda e Compra, se obrigaram a adquirir da Incorporadora as Unidades Autônomas do Empreendimento Imobiliário;

"Compromissos de Venda e Compra":

Instrumentos particulares na forma de compromisso ou promessa de venda e compra firmados entre a Incorporadora e os Compromissários Compradores objetivando a aquisição das Unidades Autônomas do Empreendimento Imobiliário e que dão origem aos Recebíveis;

"Conta Vinculada da Emissora":

Conta corrente Nº. 83.951-9, na Agência 2001, de titularidade da Emissora junto ao Banco Itaú S.A., juntamente com qualquer conta investimento a ela atrelada;

"Conta Vinculada Recebíveis da Emissora":

Conta corrente Nº. 83.955-0, na Agência 2001, de titularidade da Emissora junto ao Banco Itaú S.A., juntamente com qualquer conta investimento a ela atrelada, conforme descrito no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;

"Conta Vinculada da Incorporadora":

Conta corrente Nº. 04495-1, na Agência 2938, de titularidade da Incorporadora junto ao Banco Itaú S.A. juntamente com qualquer conta investimento a ela atrelada, conforme descrito no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;

"Contrato de Colocação":

Contrato de Colocação Pública, Com Esforços Restritos de Distribuição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Nominativas e Escriturais, celebrado entre a Emissora e a Instituição Colocadora, conforme venha a ser aditado e/ou alterado de tempos em tempos;

"Contrato de Penhor de Conta":

Instrumento Particular firmado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Itaú S.A., tendo por objeto a constituição de garantia real sobre os recursos depositados na Conta Vinculada da Emissora e/ou sobre títulos ou certificados de depósitos bancários de emissão de instituição financeira, conforme venha a ser aditado, prorrogado e/ou suplementado de tempos em tempos;

"Contrato de Cobrança Bancária":

Instrumento firmado entre a Incorporadora e o Agente Cobrador Bancário, tendo por objeto a arrecadação dos Recebíveis decorrentes dos Compromissos de Venda e Compra, conforme venha a ser aditado, prorrogado e/ou suplementado de tempos em tempos;

"Contrato de Cessão

Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de

A

INPAR S.A.

Fiduciária de Direitos Creditórios:

Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado nesta data, entre o Agente Fiduciário, a Incorporadora, a Emissora e o Banco Mandatário, conforme venha a ser aditado, prorrogado e/ou suplementado de tempos em tempos;

"Contratos de Garantia":

A Carta de Fiança, o Contrato de Penhor de Conta e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e quaisquer outros instrumentos de garantia real ou fidejussória firmados com o propósito de garantir o pagamento integral das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

"Créditos Imobiliários":

A totalidade dos valores relativos aos Recebíveis, presentes e futuros;

"CVM":

Comissão de Valores Mobiliários;

"Data da Emissão":

Para todos os efeitos legais, a data da emissão das Debêntures corresponderá a 23 de dezembro de 2009

"Datas de Pagamento":

As datas descritas no item 3.14;

"Debêntures":

200 (duzentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, com garantia real e garantia adicional fidejussória, emitidas pela Emissora nos termos da presente Escritura de Emissão, nos termos da Lei 6.404/76, conforme alterada;

"Dia Útil":

Qualquer dia, exceto sábado, domingo ou feriado nacional;

"Documentos Comprobatórios":

Os Compromissos de Venda e Compra, os boletos bancários e borderôs de cobrança emitidos pelo Agente Cobrador Bancário e qualquer outro documento comprobatório da existência dos Recebíveis;

"Emissora":

INPAR INVESTIMENTOS II S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, 205, 2º. Andar, cj. 24-D1, inscrita no CNPJ sob o no. 11.381.193/0001-94, constituída na forma de SPE para os fins exclusivos da presente Emissão, de acordo com o seu objeto social;

"Empreendimento Imobiliário":

Empreendimento imobiliário denominado "Marine Home Resort", objeto da matrícula número 88.317, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da comarca de Florianópolis, estado de Santa Catarina, desenvolvido pela Incorporadora, nos termos da Lei Federal nº 4.591/64, cujas Unidades Autônomas são objeto dos Compromissos de Venda e Compra;

"Escritura de Emissão" ou "Escritura":

O presente Instrumento Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Em Série Única, Nominativas e Escriturais com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória;

"Fiadora":

INPAR S.A., sociedade anônima de capital aberto, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, 205, 2º. Andar, cj. 21-A, inscrita no CNPJ/MF sob nº 67.571.414/0001-41;

"Garantidores":

Todas as Afiliadas que venham a celebrar qualquer Contrato de Garantia, de tempos em tempos, de acordo com os seus termos;

"ICVM 476/09":

A Instrução CVM no. 476, datada de 16 de janeiro de 2009, que dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores



mobiliários nos mercados regulamentados, conforme venha a ser alterada de tempos em tempos;

"Incorporadora":

PROJETO RESIDENCIAL MARINE HOME RESORT SPE 66 LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Av. Prefeito Osmar Cunha, 251 - Sala 103 A, Centro, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88015-100 com CNPJ sob n.º 08.814.853/0001-79, e seu Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("**JUCESC**") sob NIRE 42.204.194.169, em sessão de 07/10/2008;

"Investidores Qualificados":

Investidores considerados como qualificados referidos no artigo 109 da Instrução CVM no. 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada de tempos em tempos e nos termos da ICVM 476/09, observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM no. 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da emissão descrita nesta Escritura, valores mobiliários no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

"Instituição Escrituradora":

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A., instituição financeira responsável pela prestação dos serviços de escrituração desta Emissão;

"JUCESP":

Junta Comercial do Estado de São Paulo;

"Mudança Adversa Relevante":

(a) Qualquer efeito prejudicial e relevante na situação financeira ou patrimonial da Emissora que implique no aumento do seu risco de crédito, assim considerado o rebaixamento do *rating* em mais de duas notas em relação ao conferido à Emissora nesta data, Br A+ pela agência de *rating* *SR Rating*; (b) qualquer efeito prejudicial e relevante nos poderes ou capacidade jurídica da Emissora, da Fiadora ou de qualquer Garantidora de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Emissão e/ou dos Contratos de Garantia; (c) qualquer efeito prejudicial e relevante que afete a constituição, validade e/ou exeqüibilidade dos Créditos Imobiliários ou, de qualquer outra forma, afete o cumprimento das obrigações lá assumidas; ou (d) qualquer efeito prejudicial e relevante que afete a constituição, validade e/ou exeqüibilidade desta Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia ou, de qualquer outra forma, afete o cumprimento das obrigações aqui ou lá assumidas;

"Mudança de Controle":

Ocorrerá caso os sócios controladores da Fiadora nesta data deixem de ter o poder de dirigir ou dar causa à direção da administração e políticas da Fiadora, da Emissora e/ou de qualquer Garantidora e a Incorporadora;

"Oferta Restrita" ou "Oferta"

Oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da ICVM 476/09;

"Pessoa":

Significa qualquer pessoa física ou jurídica, parceria, *joint venture*, associação, sociedade por ações, sociedade limitada, *trust*, qualquer entidade sujeita a direitos e obrigações, sociedade de fato ou qualquer governo, agência ou subdivisão política dos mesmos;

"Recebíveis":

Todos os direitos creditórios decorrentes de pagamentos e demais valores relativos ao preço de aquisição das Unidades Autônomas do Empreendimento Imobiliário a ser feito pelos

JUCESP

Compromissários Compradores nos termos dos Compromissos de Venda e Compra, existentes nesta data ou que venham a se constituir no futuro, bem como, mas não se limitando, a juros, correção monetária, multas e demais encargos moratórios e rescisórios previstos em tais Compromissos de Venda e Compra;

"Relação Mínima de Garantia":

O percentual mínimo de garantia, representado por cessão fiduciária de Créditos Imobiliários, de 175% (cento e setenta e cinco por cento) do Saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures;

"Remuneração":

Para cada uma das Debêntures, os juros remuneratórios que incidirão sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado, correspondentes à 10,5% (dez vírgula cinco por cento) ao ano, calculados desde a data da primeira subscrição e integralização, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, apurados conforme metodologia descrita na Cláusula 3.13.1;

"Saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures":

Em determinado momento de apuração, o somatório do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da Remuneração *pro rata temporis*, emitidas pela Emissora e que estejam em circulação;

"SPE":

Sociedade empresarial constituída com a finalidade específica de investir, direta ou indiretamente, na execução, construção e exploração comercial do Empreendimento Imobiliário;

"Subsidiárias":

Qualquer Pessoa direta ou indiretamente controlada pela ou sob controle comum com a Fiadora;

"Titular da Debênture" ou "Debenturista":

Investidor Qualificado, subscritor e/ou adquirente das Debêntures, conforme definição constante da ICVM 476/09, conforme registros da Instituição Escriuturadora ou, na hipótese de as debêntures estarem depositadas no SND – Módulo Nacional de Debêntures, por meio de extrato expedido pela CETIP; e

"Unidades Autônomas":

Imóveis que comporão o Empreendimento Imobiliário, desenvolvido pela Incorporadora nos termos da Lei Federal nº 4.591/64, objeto dos Compromissos de Venda e Compra.

CLÁUSULA SEGUNDA - AUTORIZAÇÃO E REQUISITOS DA EMISSÃO

2.1 A presente Escritura é celebrada com base na autorização obtida na Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 2 de dezembro de 2009 ("AGE1"), com 1ª (primeira) retificação e ratificação realizada na Assembléia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 10 de dezembro de 2009 ("AGE2"); 2ª (segunda) retificação e ratificação realizada na Assembléia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 18 de dezembro de 2009 ("AGE3"), e 3ª (terceira) retificação e ratificação realizada na Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 23 de dezembro de 2009 ("AGE4"), estando as atas das AGE 1, AGE 2, AGE 3 devidamente registradas perante a JUCESP e a ata da AGE4 em fase de arquivamento perante a JUCESP (em conjunto, as "AGEs").

2.2 A Emissão das Debêntures e sua subscrição e integralização estarão sujeitas ao cumprimento dos seguintes requisitos prévios ("Condições Precedentes das Debêntures"):

- (i) arquivamento da ata da AGE1, AGE2 e AGE3 junto a JUCESP e sua publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "O Dia", nos termos do artigo 62, I da Lei das S.A.; e

h

JP

A

- (ii) constituição das garantias previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e no Contrato de Penhor de Conta, a serem registradas junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, nos termos do artigo 62, III da Lei das S.A.

2.3 Não haverá registro na CVM, nos termos do artigo 6º. da ICVM 476/09.

2.4 O valor das garantias reais oferecidas por terceiros, nesta data, é de aproximadamente R\$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de reais), respeitando a presente Emissão o limite de emissão previsto no artigo 60, §1º. da Lei das S.A.

CLÁUSULA TERCEIRA – CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

3.1 Valor Total da Emissão: O valor nominal total da Emissão é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

3.2 Data de Emissão: Para todos os efeitos legais, a data da emissão das Debêntures corresponderá a 23 de dezembro de 2009. ("Data de Emissão").

3.3 Valor Nominal Unitário: Cada Debênture terá o valor nominal unitário de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão, o qual permanecerá inalterado até a data da primeira subscrição e integralização.

3.4 Número de Emissão e Série: Essa é a primeira Emissão da Emissora. As Debêntures desta 1ª. Emissão serão emitidas em série única.

3.5 Preço da Emissão: O valor total a ser pago pelos Titulares das Debêntures, na data de subscrição e integralização, é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

3.6 Quantidade: 200 (duzentas) Debêntures.

3.7 Espécie: As Debêntures serão da espécie com garantia real prestada pela Emissora, pela Incorporadora ou por futuros Garantidores, com garantia adicional fidejussória prestada pela Fiadora.

3.8 Forma: As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos de Debêntures. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela Instituição Escrituradora ou extrato em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem depositadas no SND.

3.9 Atualização do Valor Nominal Unitário: O Valor Nominal Unitário será atualizado desde a data da primeira subscrição e integralização, pela variação do IGP-M/FGV ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), sendo o produto dessa atualização incorporado a este automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado da Debênture com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário da Data de Emissão ou saldo do valor nominal unitário (valor nominal unitário remanescente após amortização de principal, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver) da Debênture, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

JUL 1999

C = fator acumulado das variações mensais do IGPM/FGV, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices considerados na atualização do ativo, sendo n um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Atualização. Após a Data de Atualização, valor do número-índice do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k";

dup = número de dias úteis entre a data da primeira subscrição e integralização ou a última Data de Atualização e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice de preço, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de dias úteis contidos entre a data da primeira subscrição e integralização ou a última Data de Atualização e a próxima Data de Atualização, sendo "dut" um número inteiro.

Considera-se "Data de Atualização" todo dia 1º (primeiro) de cada mês, contado a partir da data da primeira subscrição e integralização ou a data em que houver quaisquer pagamentos relativos às Debêntures, incluindo a Data de Pagamento.

O cálculo da atualização será feito mensalmente, porém a efetiva aplicação do IGPM/FGV incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

Caso, na Data de Atualização, o número-índice do mês anterior não esteja disponível, será utilizada a última variação do índice de preços para cálculo da variação deste mês.

Caso, na Data de Pagamento, o fator acumulado "C" seja menor do que 1 (um), será considerado 1 (um) para fins da Atualização do Valor Nominal Unitário.

Nas hipóteses de restrição de uso, ausência de publicação, suspensão do cálculo ou extinção do IGP-M/FGV, será automaticamente utilizado para apuração dos valores devidos em razão das Debêntures, a variação do Índice de Preços ao Consumidor publicado pela Fundação Getúlio Vargas (IPC/FGV) ou, na sua falta, a variação do seu substituto legal, não sendo devidas quaisquer compensações entre as Partes em razão da diferença existente entre os índices utilizados.

3.10 Conversibilidade em Ações: As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

h

9

A



3.11 Subscrição e Integralização: As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, conforme os procedimentos da CETIP, em conformidade com o disposto nesta Escritura. No ato da integralização, o Investidor Qualificado assinará o boletim de subscrição das Debêntures ("Boletim de Subscrição") pelo qual atestará, por escrito, que: (i) está ciente que a Oferta não foi registrada na CVM; e (ii) as Debêntures ofertadas estão sujeitas às restrições de negociação previstas na ICVM 476/09.

3.12 Sistema de Negociação: As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário através do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela CETIP, sendo as Debêntures liquidadas na CETIP, e (ii) para negociação no mercado secundário através do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela CETIP, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP.

3.13 Remuneração: Para cada uma das Debêntures, incidirão juros remuneratórios sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado, correspondentes à 10,5% (dez vírgula cinco por cento) ao ano, calculados desde a data da primeira subscrição e integralização com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. A Remuneração a que faz jus os Titulares das Debêntures será devida anualmente, juntamente com as parcelas de Amortização, nas Datas de Pagamento.

3.13.1. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde:

J = valor da Remuneração devida em cada Data de Pagamento, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado da Debênture com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, conforme descrito no item 3.9;

FatorJuros = Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left(\frac{Taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}}$$

onde:

Taxa = significa 10,5 (dez vírgula cinco);

n = significa (i) para a Data do Primeiro Pagamento, o número de dias úteis entre a data da primeira subscrição e integralização e a Data do Primeiro Pagamento, e (ii) para as demais Datas de Pagamento, o número de dias úteis entre a Data de Pagamento imediatamente anterior e a Data de Pagamento em questão.

3.14 Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures: Cada Debênture terá o seu Valor Nominal Unitário Atualizado amortizado proporcionalmente, conforme tabela abaixo:

4

pt

A

	Data de Pagamento	% do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser Amortizado
1	01/01/2011	9,00%
2	01/01/2012	9,00%
3	01/01/2013	12,00%
4	01/01/2014	15,60%
5	01/01/2015	18,13%
6	01/01/2016	18,13%
7	01/01/2017	18,14%

3.14.1. Os pagamentos a que fizerem *jus* os Titulares das Debêntures (incluindo Valor Nominal Unitário Atualizado e Remuneração e/ou demais encargos aqui previstos) deverão ser realizados pela Emissora aos Titulares das Debêntures, através do Banco Mandatário, nas datas descritas acima ("Data de Pagamento").

3.14.2. Caso alguma Data de Pagamento venha a incidir em dia que não seja Dia Útil, a Emissora efetuará os pagamentos decorrentes da presente Emissão no primeiro Dia Útil imediatamente posterior, sem acréscimos de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos.

3.14.3. A falta de pagamento dos valores devidos pela Emissora nas respectivas Datas de Pagamento, acarretará a incidência sobre os valores em mora, independente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, de atualização monetária calculada pela variação positiva do IGP-M/FGV, de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, "pro rata temporis" do dia do vencimento até o dia do efetivo pagamento, e de multa convencional não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total devido.

3.15 Vencimento: As Debêntures vencerão no dia 01/01/2017 ("Data de Vencimento").

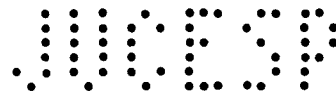
3.15.1. Sem prejuízo dos valores devidos conforme o item 3.14, caso na Data de Vencimento das Debêntures, exista algum valor residual devido e não pago pela Emissora, este valor deverá ser integralmente liquidado pela Emissora.

3.16 Local de Pagamento: As Debêntures serão devidas e pagas pela Emissora, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

3.16.1. Para as Debêntures depositadas no CETIP, todos os pagamentos devidos aos Titulares das Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP por meio do Banco Mandatário da presente Emissão, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Caso, excepcionalmente, por qualquer motivo, os Titulares das Debêntures não estejam vinculados a esse sistema, os pagamentos serão feitos por meio do Banco Mandatário da presente Emissão, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, contra a apresentação do extrato da Instituição Escrituradora.

3.16.2. Os pagamentos realizados pela Emissora aos Titulares das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão serão feitos sempre na proporção das respectivas participações dos Titulares das Debêntures, conforme demonstrado no extrato da Instituição Escrituradora no dia útil imediatamente anterior ao pagamento.

3.16.3. Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não comparecimento do Titular da Debênture para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Titular das Debêntures para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.



3.16.4. Caso o Titular das Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

3.17 Documentos Comprobatórios: A Emissora será responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios relacionados à presente Escritura de Emissão.

3.18 Registro: A Fiança prestada pela Fiadora, o Contrato de Penhor de Conta e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios celebrados nesta data serão levados a registro nos Serviços de Registro de Títulos e Documentos competentes, no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados da data de assinatura do respectivo instrumento. Todos os custos, emolumentos e despesas referentes aos referidos registros serão de exclusiva responsabilidade da Emissora.

3.19 Garantias: A presente emissão de Debêntures é garantida (a) por garantia fidejussória da Fiadora, conforme Carta de Fiança emitida pela Inpar S.A., nesta data, (b) pela cessão fiduciária de direitos creditórios, nos termos do art. 66-B da Lei no. 4.728/65, alterado pela Lei no. 10.931/04, e da Lei no. 9.514/97, e (c) pelo penhor de conta corrente de titularidade da Emissora e dos saldos lá existentes, conforme a Cláusula 7ª. da presente Escritura de Emissão e conforme os Contratos de Garantia, podendo, no entanto, as Partes concordarem com outra estrutura de garantia, mediante termo de aditamento à presente Escritura de Emissão.

3.20 Da Relação Mínima de Garantia: Até a liquidação total das Debêntures, deverá ser mantido o percentual mínimo de garantia, representado por cessão fiduciária de Recebíveis, equivalentes a 175% (cento e setenta e cinco por cento) do Saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures.

3.21 Colocação: A colocação das Debêntures será feita nos termos da ICVM 476/09, de forma pública com esforços restritos pela Instituição Colocadora destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, sendo expressamente vedada a sua negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários antes de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição. Não será permitida a busca pela Instituição Colocadora, ou por quaisquer outros, de Investidores Qualificados através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores.

3.21.1. Adicionalmente ao disposto acima, em atendimento ao disposto no artigo 3º. da ICVM 476/09, as Debêntures serão ofertadas à, no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados e subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.22 Destinação dos Recursos: Os recursos captados com a colocação das Debêntures serão destinados exclusivamente para a execução, construção e exploração comercial do Empreendimento Imobiliário.

3.22.1. O Preço de Emissão, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), após a integralização, será disponibilizado pela Instituição Colocadora, mediante o crédito em fundos imediatamente disponíveis e transferíveis (reserva bancária) na Conta Vinculada da Emissora junto ao Banco Itaú S.A., descontados os valores líquidos devidos a título de comissões e remunerações estabelecidos nos contratos de prestação de serviços de colocação e estruturação celebrados no âmbito desta Oferta Restrita, sendo certo que os tributos incidentes sobre o pagamento de tais serviços e comissões, cujo pagamento seja de responsabilidade da Emissora, permanecerão livres para pagamento pela Emissora.

3.22.2. O saldo dos recursos integralizados pelos Investidores Qualificados só poderá ser utilizado após o cumprimento das Condições Precedentes para Liberação dos Recursos das Debêntures (conforme definido no Contrato de Penhor de Conta), conforme previsto no Contrato de Penhor de Conta.

3.23 Aquisição e Resgate: A Emissora não poderá, sem o consentimento prévio e por escrito dos Titulares das Debêntures, adquirir ou resgatar, total ou parcialmente, de qualquer forma, as Debêntures em circulação objeto desta Escritura, sob pena do pagamento de multa de 100% (cem por cento) sobre o valor nominal total das Debêntures, devidamente atualizado *pro rata temporis*, até a data do seu efetivo pagamento, pelo IGP-M/FGV. As condições de aquisição e resgate antecipado deverão ser definidas em Assembléia Geral de Debenturistas.

3.23.1. No caso de resgate antecipado parcial das Debêntures registradas no SND, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através de "operação de compra e de venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas, tanto do processo de resgate antecipado parcial quanto do processo de resgate antecipado total, de habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate antecipado parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

3.23.2. A CETIP deverá ser comunicada da realização do Resgate Antecipado Total com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

3.24 Banco Mandatário e Instituição Escriuradora: O Banco Itaú S.A. será o Banco Mandatário. A Itaú Corretora de Valores S.A. será a Instituição Escriuradora das Debêntures.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

4.1 Até a Data de Vencimento, a Emissora estará adicionalmente obrigada a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário e aos Titulares das Debêntures cópias de todas as atas de reunião do Conselho de Administração e da Diretoria, dentro de, no máximo, 30 (trinta) dias após a realização das respectivas reuniões, acompanhadas de cópia do protocolo de pedido de arquivamento da ata na JUCESP, quando for o caso;
- (ii) prestar ao Agente Fiduciário e aos Titulares das Debêntures todas as informações e permitir-lhes o acesso, a qualquer tempo, a todos os documentos e registros necessários à verificação do estrito cumprimento das obrigações fixadas nesta Escritura;
- (iii) comunicar ao Agente Fiduciário e aos Titulares das Debêntures, por meio de notificação ou Aviso aos Debenturistas, a ocorrência de qualquer das situações previstas na Cláusula 6ª, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após tomar conhecimento ou conforme solicitado por qualquer Titular das Debêntures;
- (iv) não praticar quaisquer atos em desacordo com o estatuto social da Emissora, e com esta Escritura;
- (v) fornecer prontamente qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada pelo Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da respectiva solicitação;

INPAR

- (vi) fazer com que seu(s) diretor(es) compareçam às assembleias gerais de debenturistas sempre que solicitado;
- (vii) aplicar os recursos obtidos pela Emissora estritamente para fins aqui previstos e manter as disponibilidades de caixa aplicadas no mercado brasileiro em instituições de primeira linha;
- (viii) apresentar ao Agente Fiduciário, dentro de no máximo 90 dias após o término de cada exercício social, (1) declaração do Diretor da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, bem como (2) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora;
- (ix) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e com as regras emitidas pela CVM, divulgando-as, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (x) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria anual, por auditores independentes registrados na CVM, na forma exigida pela legislação concernente a fundos de investimento e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações;
- (xi) manter os documentos mencionados no item (viii) acima em sua página da rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (xii) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (xiii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM nº 358, de 2002, comunicando imediatamente à Instituição Colocadora;
- (xiv) prevenir e observar a vedação quanto à prática de qualquer ato em desacordo com o Estatuto Social/Contrato Social da Emissora, da Fiadora e dos Garantidores e com esta Escritura;
- (xv) fazer com que seja registrado pela instituição escrituradora todas as cessões de Debêntures, quando for o caso;
- (xvi) fornecer todas e quaisquer informações solicitadas pela CVM;
- (xvii) manter atualizada a classificação de risco da emissão das debêntures, devendo, ainda, (1) divulgar ou permitir que a agência de classificação de riscos divulgue o relatório com a súmula da classificação de risco; (2) entregar ao Agente Fiduciário o relatório da classificação de risco preparado pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (3) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração na classificação de risco concedida à emissão das Debêntures e o início de qualquer processo de revisão de tal classificação de risco; e
- (xviii) fazer com que a(s) respectiva(s) agência(s) de classificação de risco mantenha(m) avaliação atualizada desta Oferta Restrita durante todo o período em que as Debêntures estiverem pendentes de pagamento,

04 01 10
NTIAS:

01 10

•

1



(h) Veracidade das Informações. Que as informações prestadas para a Instituição Colocadora no âmbito da presente Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e de seus riscos.

(i) Requerimento de Autorizações e Licenças. Já requereram ou solicitaram, todas as autorizações e licenças relevantes, incluindo as ambientais, necessárias e exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades.

5.2 Validade das Declarações: As declarações prestadas pela Emissora, pela Fiadora e pelos Garantidores nesta Escritura de Emissão subsistirão até o pagamento integral das obrigações aqui contidas, ficando as mesmas responsáveis por eventuais prejuízos que decorram da inveracidade ou inexatidão destas declarações, sem prejuízo do direito do Titular das Debêntures de declarar vencida antecipadamente as Debêntures ora emitidas.

5.3 Indenização: A Emissora responsabilizar-se-á por danos diretos, custos e despesas devidamente comprovados, excluindo lucros cessantes, danos morais, contingentes e/ou indiretos, mas incluindo despesas razoáveis e devidamente comprovadas com honorários advocatícios, que venham a ser incorridos pela Instituição Colocadora e/ou pelos Titulares das Debêntures em decorrência de qualquer falsidade, imprecisão ou incorreção quanto a qualquer declaração ou garantia prestada neste instrumento que não seja passível de remediação, podendo tais declarações ou garantias imprecisas, falsas ou incorretas serem corrigidas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento de comunicação pela Emissora.

5.4 Novação: A eventual tolerância ou concessão dos Titulares das Debêntures no exercício de qualquer direito que lhes for conferido, não importará em alteração contratual ou novação e nem os impedirá de exercer, a qualquer momento, todos os direitos que lhes são assegurados na presente Escritura de Emissão ou na lei.

5.5 Nulidade, Invalidade ou Ineficácia: A nulidade, invalidade ou ineficácia de qualquer disposição contida nesta Escritura de Emissão não prejudicará a validade e eficácia das demais, que serão integralmente cumpridas, obrigando-se a Emissora a emendar seus melhores esforços para, validamente, obter os mesmos efeitos da avença que tiver sido anulada, invalidada ou declarada ineficaz.

5.6 Caráter Irrevogável e Irretratável: A presente Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a Emissora e seus sucessores a qualquer título, inclusive ao seu integral cumprimento.

CLÁUSULA SEXTA - VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1 Sem prejuízo dos demais Eventos de Vencimento Antecipado previstos nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, observados os procedimentos previstos na Cláusula 8ª. abaixo, considerar-se-á antecipadamente vencida, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial e de pleno direito, antecipadamente exigível os montantes devidos pela Emissora a título de Valor Nominal das Debêntures em circulação, Remuneração e respectivos encargos, atualização monetária e juros, se ocorrer qualquer das hipóteses disciplinadas em lei ou, ainda, se ocorrer (cada um, o "Evento de Vencimento Antecipado"):

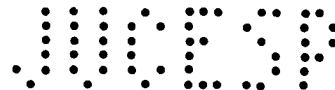
- a) não pagamento, pela Emissora, de qualquer valor de Amortização ou Remuneração devido aos Titulares das Debêntures nas respectivas Datas de Pagamento, desde que não sanado no prazo de 10 (dez) dias, contados das suas respectivas datas de vencimento;

- b) requerimento de autofalência, decretação da falência, dissolução ou liquidação da Emissora e/ou da Fiadora e/ou de quaisquer dos Garantidores;
- c) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora e/ou da Fiadora e/ou de quaisquer dos Garantidores;
- d) requerimento de falência da Emissora e/ou da Fiadora e/ou de quaisquer dos Garantidores não elidido no prazo legal;
- e) a prestação de declarações ou garantias imprecisas, falsas ou incorretas, ou a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante, desde que, sendo passível de remediação, tais declarações ou garantias imprecisas, falsas ou incorretas ou Mudança Adversa Relevante não sejam corrigidas ou revertidas, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis após sua(s) notificação formal à Emissora e/ou a Fiadora e/ou a quaisquer dos Garantidores para sua correção ou, sendo corrigidas ou revertidas, não deixem de surtir efeitos;
- f) a concessão de tutela antecipada ou de medidas acautelatórias, liminares ou qualquer outra decisão conferida em ação judicial que onere qualquer dos bens dados em garantia da presente Emissão, salvo se: (i) a tutela antecipada, cautelar, liminar ou qualquer ação judicial tiver sido concedida ou promovida por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovados pela Emissora ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da citação ou notificação, ou (ii) o bem onerado na ação judicial for substituído por outro de valor igual ou superior, nos prazos e formas previstos nos Contratos de Garantia;
- g) vencimento antecipado de qualquer obrigação da Emissora e/ou da Fiadora e/ou de quaisquer dos Garantidores e/ou o não cumprimento de qualquer obrigação não financeira da Emissora e/ou da Fiadora e/ou de quaisquer dos Garantidores na presente Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, salvo se o descumprimento desta obrigação não financeira, desde que passível de remediação, for sanado nos prazos e formas aqui ou ali previstos, ou, na sua ausência, em até 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento de notificação formal pela Emissora do Agente Fiduciário para sua correção;
- h) decisão judicial transitada em julgado determinando execução de títulos contra a Emissora e/ou da Fiadora e/ou de quaisquer dos Garantidores, cujo valor agregado não pago, em conjunto ou isoladamente, ultrapasse R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo (i) se forem apresentadas garantias suficientes para garantir o pagamento em juízo, no prazo legal; ou (ii) se tal decisão judicial for suspensa por qualquer ação ou recurso judicial da Emissora e/ou da Fiadora e/ou de quaisquer dos Garantidores, perante o juízo que determinou a execução do título ou tribunal superior a este, e tal recurso for protocolado junto ao órgão competente dentro do prazo de até 30 (trinta) dias úteis;
- i) alteração ou modificação do objeto social da Emissora e/ou da Fiadora e/ou de quaisquer dos Garantidores que possa alterar substancialmente o ramo de negócios atualmente explorado pela Emissora e/ou pela Fiadora e/ou por quaisquer dos Garantidores, respectivamente, sem a prévia anuência, por escrito, dos Debenturistas;
- j) aprovação pelos órgãos de administração da Emissora ou de qualquer Garantidora de operações de fusão, cisão ou incorporação que envolvam a Emissora ou qualquer Garantidora (conforme o caso), sem a anuência dos Titulares das Debêntures; salvo se (1) a entidade resultante de tal fusão, cisão ou incorporação suceder a Emissora ou as Garantidoras (conforme o caso) em todas as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; (2) a entidade resultante de tal fusão, cisão ou incorporação cumprir integralmente os índices fixados na Cláusula 6(q) abaixo; e (3) durante tal operação de fusão, cisão ou incorporação, nenhum Evento de Vencimento Antecipado ocorra ou esteja em curso;

- k) ocorrência de Mudança de Controle;
- l) não apresentação pela Emissora de seus relatórios financeiros anuais, auditados e/ou com revisão limitada, nos prazos estabelecidos pela CVM;
- m) pagamento pela Emissora de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, caso um Evento de Vencimento Antecipado tenha ocorrido ou esteja em curso;
- n) se durante a vigência das Debêntures forem prestadas quaisquer garantias a outros credores, além dos Titulares das Debêntures, pela Emissora ou por qualquer Garantidora em operação ou conjunto de operações que resulte ou possa resultar em um Evento de Vencimento Antecipado;
- o) a Emissora realizar, direta ou indiretamente, sem a prévia anuência dos Titulares das Debêntures (i) qualquer transação ou série de transações (incluindo, entre outras, compra, venda, arrendamento ou troca de bens) com qualquer Afiliada, pessoa ou entidade relacionada, ou (ii) qualquer operação que importe na concessão de empréstimos ou adiantamentos a qualquer Afiliada ou parte relacionada, direta ou indiretamente, exceto empréstimos ou adiantamentos da Emissora para as Subsidiárias para aquisição ou desenvolvimento de empreendimentos imobiliários; a menos que a transação ou série de transações mencionada nos itens (i) e (ii) seja em termos e condições não menos favoráveis à Emissora do que aqueles que seriam obtidos em uma transação comparável, em termos estritamente comerciais, com uma entidade que não seja uma Afiliada ou pessoa ou entidade relacionada;
- p) se forem extintas, revogadas, terminadas ou de qualquer outra forma canceladas as autorizações governamentais necessárias para a condução dos negócios e operações da Emissora ou de qualquer Garantidora e que resultem em uma Mudança Adversa Relevante;
- q) não observância pela Fiadora dos Índices Financeiros e, caso sejam emitidos valores mobiliários pela Fiadora no mercado de capitais, dos limites e índices financeiros acordados nos instrumentos de emissão de tais valores mobiliários. Os Índices Financeiros serão calculados pelos auditores independentes contratados pela Emissora e/ou Fiadora, com base nos demonstrativos financeiros consolidados auditados da Fiadora referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base da apuração dos Índices Financeiros. Os Índices Financeiros deverão ser disponibilizados ao Agente Fiduciário em até 15 (quinze) dias após o encerramento de cada trimestre, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, e de declaração assinada por dois diretores atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários. Para os fins das Debêntures, "Índices Financeiros" significa a razão entre (i) o somatório da Dívida Líquida e do Valor de Terrenos a Pagar e (ii) o Patrimônio Líquido não poderá ser superior a 1,00 (uma) vez para cada trimestre após o trimestre encerrado em 31 de janeiro de 2010 (inclusive);

Para esses fins, considera-se:

(I) "Dívida Líquida", o somatório das dívidas onerosas consolidadas junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, conforme refletidos em suas demonstrações financeiras, incluindo, mas não limitado a, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, além de avais, fianças, penhores ou outras garantias prestadas, bem como valores a pagar a acionistas, e excluindo Dívida de Projetos ("Dívida Bruta"), e deduzido do saldo em caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata que não estejam submetidos a qualquer ônus,



impedimento ou gravame e desde que não estejam garantindo qualquer obrigação de pagar, devida por si ou por qualquer terceiro ("Caixa e Aplicações Financeiras"), Para fins de clarificação, o somatório das contas a pagar por aquisição de imóveis e da provisão para custos de construção incorridos não é incluído no cômputo de Dívida Líquida. "Dívida de Projetos" significa dívidas operacionais incorridas pelas Subsidiárias da Fiadora no curso normal de suas atividades imobiliárias e cujos recursos sejam oriundos do Sistema Financeiro da Habitação ou do Fundo de Garantia por Tempo de Trabalho - FGTS;

(II) "Valor de Terrenos a Pagar", o somatório das obrigações da Fiadora relacionados a aquisição de terrenos, conforme rubrica Credores por Imóveis Compromissados, constante das demonstrações financeiras consolidadas auditadas ou com revisão limitada da Fiadora; e

(III) "Patrimônio Líquido", o valor do Patrimônio Líquido constante das demonstrações financeiras consolidadas auditadas ou com revisão limitada da Fiadora.

6.2 Na hipótese de declaração de vencimento antecipado, o Agente Fiduciário ou o Titular das Debêntures, observados os procedimentos previstos na Cláusula 8ª. abaixo, poderá:

(a) exigir, por escrito, o imediato pagamento, pela Emissora, do Saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures, Remuneração *pro rata temporis*, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial acrescidos de (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso e vencidas antecipadamente; e

(b) tomar todas as medidas cabíveis necessárias à defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, incluindo a excussão das garantias oferecidas nos termos da presente Escritura de Emissão, conforme Cláusula 7ª. abaixo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS GARANTIAS FIDEJUSSÓRIA E REAIS

7.1 As obrigações, principais e acessórias (incluindo valores devidos a título do Saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures, Remuneração, juros e outros encargos decorrentes da mora e demais encargos e despesas) das Debêntures serão garantidas por meio das seguintes garantias:

- (i) Fiança Solidária: A Fiadora, nesta data, outorga em favor do Titular das Debêntures, representado pelo Agente Fiduciário, fiança solidária, como principal pagadora e devedora solidária com a Emissora, permanecendo obrigada pelo pagamento das obrigações afiançadas e renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos Artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 Código Civil Brasileiro e pelo Artigo 77 e 595 do Código de Processo Civil;
- (ii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios: A Garantidora, nesta data, confere aos Titulares das Debêntures, representado pelo Agente Fiduciário, cessão fiduciária de direitos creditórios nos termos dos artigos 66-B e seguintes da Lei 4.728/65, conforme alterada pela Lei 10.931/04, e da Lei no. 9.514/97. O produto do pagamento dos Recebíveis decorrentes dos Compromissos de Venda e Compra será (a) arrecadado pelo Agente Cobrador Bancário nos termos do Contrato de Cobrança Bancária, e (b) creditado na Conta Vinculada da Incorporadora, para posterior e imediato crédito na Conta Vinculada Recebíveis da Emissora, conforme procedimentos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

Os montantes recebidos na Conta Vinculada Recebíveis da Emissora permanecerão retidos e indisponíveis à Emissora, até que sejam acumulados recursos suficientes para saldar a próxima parcela de Amortização e Remuneração. Assim que os montantes necessários para (a) quitação da amortização do Saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures em determinada data de verificação e (b) apropriação da parcela anual *pro rata temporis* da Remuneração devida na mesma data de verificação estiverem depositados na Conta Vinculada Recebíveis da Emissora, quaisquer valores adicionais que sejam depositados na Conta Vinculada Recebíveis da Emissora serão automaticamente transferidos para uma conta-corrente de livre movimentação da Incorporadora. Na Data de Pagamento, o Banco Mandatário utilizará os recursos depositados na Conta Vinculada Recebíveis da Emissora para os pagamentos devidos a título de Amortização e Remuneração das Debêntures, conforme os procedimentos definidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios será registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, no prazo previsto no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; e

- (iii) Penhor de Conta Corrente: A Emissora outorga aos Titulares das Debêntures, representado pelo Agente Fiduciário, penhor sobre a Conta Vinculada da Emissora, bem como sobre todos os créditos que a Emissora detém ou venha deter contra o Banco Itaú S.A. decorrentes de valores e/ou montantes existentes nesta data ou que venham a ser transferidos, creditados e/ou depositados no futuro em conta corrente de titularidade da Emissora em função de venda, resgate e/ou recompra dos títulos e/ou direitos de titularidade da Emissora, presentes e futuros. O penhor constituído nos termos do Contrato de Penhor de Conta será registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da comarca da Cidade de São Paulo, no prazo previsto no referido instrumento.

7.2 Em garantia de todas as obrigações assumidas pela Emissora, a Fiadora e os Garantidores assinam esta Escritura de Emissão também na qualidade de devedores solidários e principais pagadores, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, divisão e liquidação, bem como, os favores e exceções dos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 839, 1485, 1486, e 1997 do Código Civil Brasileiro e artigo 77 e 595 do Código Processual Civil, permanecendo obrigados mesmo no caso de haver novação das obrigações garantidas.

7.3 Sem prejuízo dos direitos do Titulares das Debêntures, desde que não tenha ocorrido um inadimplemento das Debêntures ou tenha ocorrido um Evento de Vencimento Antecipado nos termos desta Escritura, a Emissora e/ou qualquer Garantidora terá o direito de, nos termos pactuados nos Contratos de Garantia, realizar, a qualquer tempo, a substituição da garantia real outorgada ao Titulares das Debêntures por garantia real sobre imóvel(is) de valor e natureza correspondentes ao(s) imóvel(is) a serem substituídos, a qual deverá ser precedida de aprovação do(s) Titular(es) das Debêntures na forma prevista na Cláusula 8.9 abaixo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ASSEMBLEIAS DOS TITULARES DAS DEBÊNTURES

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures ("Assembléia Geral de Debenturistas" ou "AGD").



8.2 Cada Assembléia Geral de Debenturistas será convocada com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis e instalar-se-á, em primeira convocação, com titulares de Debêntures representando a metade das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum. A Assembléia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 3 (três) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia em primeira convocação.

8.3 A Assembléia Geral de Debenturistas poderá ser convocada (i) pela Emissora; (ii) pelo Agente Fiduciário ou (ii) por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, mediante (a) correspondência encaminhada a cada titular de Debêntures e (b) anúncio publicado na imprensa oficial e em jornal de grande circulação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da data marcada para a realização da Assembléia Geral de Debenturistas em questão.

8.4 A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá (i) ao Agente Fiduciário; ou (ii) ao Debenturista eleito pelos titulares de Debêntures presentes, nessa ordem.

8.5 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 8.7, a Emissora poderá participar das Assembléias Gerais de Debenturistas, devendo ser informada, por escrito, sempre que for a Assembléia convocada, cuja participação dar-se-á através de representantes da Emissora e/ou da empresa de auditoria da Emissora, ou de quaisquer terceiros. Sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia, os titulares de Debêntures poderão convocá-los para participarem das Assembléias Gerais de Debenturistas.

8.6 Observado o disposto na Cláusula 8.8 a cada Debênture em circulação corresponderá 1 (um) voto, sendo admitida a constituição de mandatários, observadas as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do artigo 126 da Lei das S.A.

8.7 Independentemente das formalidades previstas na legislação societária e nesta Escritura, será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares da totalidade das Debêntures em circulação.

8.8 As deliberações tomadas pelos titulares de Debêntures, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

8.9 Os Titulares das Debêntures deliberarão por maioria absoluta dos Titulares das Debêntures, aferida em função do número de Debêntures em circulação, inclusive pela deliberação de declarar o vencimento antecipado das Debêntures e de excussão das garantias oferecidas nos termos da presente Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia e de alterar quaisquer termos e condições desta Escritura, especialmente aqueles relativos a quorum, que dependerá de aprovação de Titulares das Debêntures que representem 100% (cem por cento) do Saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures.

CLÁUSULA NONA –DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 Nomeação de Agente Fiduciário. Para fins do artigo 68 da Lei nº 6.404/76 será designada e aceita o encargo na presente escritura **PENTÁGONO S.A. DTVM**, para desempenhar as atribuições de agente fiduciário dos Titular das Debêntures, aplicável, no que couber o disposto nos artigos 66 a 70 da referida Lei ("Agente Fiduciário").

9.2 Declarações do Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, para os fins desta Escritura que:

(a) não está sujeito a qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, §3º da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;

(b) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(c) aceita integralmente a Escritura, todas as suas cláusulas e condições;

(d) está ciente da regulamentação aplicável;

(e) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(f) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer disposição legal ou obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e

(g) esta escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições.

9.3 Substituição do Agente Fiduciário. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, os Titulares das Debêntures indicarão novo agente fiduciário para a presente Emissão em assembléia geral realizada para tanto. Caso tenha cedido uma ou mais Debêntures, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação.

9.3.1. Se a convocação da Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere o item 9.3 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la.

9.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembléia Geral de Debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto no item "9.3.5" adiante.

9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato ao Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.4. É facultado ao Titular das Debêntures proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

9.3.5. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembléia Geral de Debenturistas não delibere sobre a matéria.

9.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura.

9.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura ou do aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

9.4 Deveres. Além de outros previstos em lei e na Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;

(b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;

(c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

(d) verificar, no momento em que aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;

(f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inconsistências constantes de tais informações;

(g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

(h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;

(i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;

(j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas;

(k) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar informações que lhe forem solicitadas;

(l) elaborar relatório destinado aos Titulares das Debêntures, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b" da Lei 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:

l.1. eventual omissão ou inconsistência de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação de informações pela Emissora;

l.2. alterações estatutárias ocorridas no período;

l.3. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura do capital da Emissora;

l.4. aquisição facultativa e pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

l.5. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

l.6. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;

l.7. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

(m) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea "l" aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

m.1. na sede da Emissora;

m.2. no seu escritório ou em outro local indicado pelo Agente Fiduciário;

m.3. na CVM; e

m.4. no mercado de balcão organizado onde as Debêntures estiverem sendo negociadas.

(n) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "m";

(o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora e à instituição escrituradora;

(p) fiscalizar no cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer ou não fazer;

(q) notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;

(r) autorizar o Banco Itaú S.A. a movimentar a Conta Vinculada da Emissora (i) para pagamento de todas as comissões, remuneração e tributos relacionados à prestação de serviços de colocação e estruturação no âmbito desta Oferta Restrita; e (ii) após o cumprimento de todas as Condições Precedentes para Liberação dos Recursos das Debêntures e demais disposições dessa Escritura, no que couber, para disponibilização à Emissora do saldo dos recursos oriundos da presente Oferta Restrita; e

(s) autorizar o Banco Itaú S.A. a movimentar a Conta Vinculada da Incorporadora e a Conta Vinculada Recebíveis da Emissora, nos prazos e formas previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e nos termos dessa Escritura.

9.5 Atribuições Específicas. O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização dos seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora em relação à presente Escritura, não sanado no prazo previsto nesta Escritura:

(a) declarar, observadas as condições da Cláusula 8.9 da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

(b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

(c) requerer a falência da Emissora, nos casos previstos em lei; e

(d) representar aos Debenturistas em processo de falência, recuperação, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora, salvo deliberação contrária em Assembleia Geral de Debenturistas.

9.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "b" e "c" do "caput" deste item se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de maioria absoluta das Debêntures em circulação.

9.6 Remuneração. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho de seus deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

(a) parcelas trimestrais de R\$3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão, e as demais a cada 03 (três) meses após o pagamento da primeira parcela;

(b) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura da escritura de emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die*; e

(c) em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à atividade, pagas em até 10 (dez) dias após a comprovação de entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, do "relatório de horas" para assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação de suas condições, conforme requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou Debenturistas e AGD; e (ii) implementação das conseqüentes decisões tomadas pelos Debenturistas.

9.6.1. O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso com a antecedência acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso não estarão sujeitos à multas ou penalidades.

9.6.2. As remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.6.3. As remunerações não incluem as despesas com publicações, notificações, transporte, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, desde que razoáveis e devidamente comprovadas, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

9.6.4. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que razoáveis e devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causarem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

9.6.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária.

9.6.6. As parcelas da remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS

10.1 Todos os custos com o registro e publicações dos atos e documentos necessários para a efetivação da presente Emissão serão arcados integralmente pela Emissora.

10.1.1. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- e) despesas com custos cartorários e de postagem necessários ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

10.2 São despesas de responsabilidade dos Titulares das Debêntures a contratação de especialistas, advogados, auditores ou fiscais, bem como as despesas com procedimentos legais incorridas para resguardar os interesses dos Titulares das Debêntures e eventualmente realizadas pela Emissora, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e pagas pelos Titulares das Debêntures.

10.3 São despesas dos Titulares da Debêntures os eventuais tributos que, a partir desta data, venham a ser criados e/ou majorados ou que tenham sua base de cálculo ou base de incidência alterada, de forma a representar, de forma absoluta ou relativa, um incremento da tributação incidente sobre as Debêntures.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PUBLICAÇÕES LEGAIS

11.1 Todas as publicações legalmente exigidas da Emissora são e deverão continuar a ser feitas nos jornal "O Dia", ou na falta deste, outro veículo de grande circulação a ser acordado entre os Debenturistas e a Emissora.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RISCOS

12.1 Riscos: O investimento em Debêntures envolve uma série de riscos que deverão ser observados pelo Investidor Qualificado. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, rentabilidade, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam tanto à Emissora, quanto à Incorporadora, Compromissários Compradores e às próprias Debêntures. O potencial Investidor Qualificado deve ler cuidadosamente todas as informações que estão

relacionadas na presente Escritura de Emissão, antes de tomar uma decisão de investimento. Os riscos abaixo elencados são a título exemplificativo e não taxativo:

12.1.1. Riscos Financeiros: Há três espécies de risco financeiro geralmente identificados: (i) riscos decorrentes de possíveis descompassos entre as taxas de remuneração de ativos e passivos; (ii) risco de insuficiência de recursos e/ou de garantia; e (iii) risco de falta de liquidez.

12.1.2. Risco de Continuidade do Negócio: O risco de crédito desta operação encontra-se concentrado nos Compromissários Compradores e, na sua falta, na Incorporadora. Desta forma, a capacidade de pagamento das Debêntures está na capacidade dos Compromissários Compradores de cumprir com suas obrigações previstas nos Compromissos de Venda e Compra e da Incorporadora enquanto responsável pela liquidação, a tempo e modo, dos Créditos Imobiliários. O descumprimento, ainda mais se por um percentual significativo dos Compromissários Compradores, da obrigação de pagar o preço das Unidades Autônomas previsto nos Compromissos de Venda e Compra poderá comprometer o pagamento das Debêntures, caso a Fiança da Fiadora e demais garantias reais oferecidas não sejam honradas ou suficientes pra satisfazer o saldo devedor das Debêntures.

12.1.3. Risco de Estrutura: A presente Emissão tem o caráter de "operação estruturada", desta forma e pelas características inerentes a este conceito, a arquitetura do modelo financeiro, econômico e jurídico considera um conjunto de rigores e obrigações de parte a parte estipuladas através de contratos públicos ou privados tendo por diretrizes a legislação em vigor. No entanto, em razão da pouca maturidade e da falta de tradição e jurisprudência no mercado de capitais brasileiro, no que tange a operações de Debêntures, em situações de controvérsia, poderá haver perdas por parte dos Titulares das Debêntures em razão do dispêndio de tempo e recursos para eficácia do arcabouço contratual. Não há garantias nem parâmetros seguros que possam lastrear de qualquer previsão ou indicativo do posicionamento dos tribunais brasileiros com relação às questões aqui tratadas.

12.1.4. Risco Tributário: Este pode ser definido como o risco de perdas devido à criação de tributos, nova interpretação ou ainda de interpretação diferente que venha a se consolidar sobre a incidência de quaisquer tributos, obrigando as partes a novos recolhimentos, ainda que relativo a operações já efetuadas.

12.1.5. Risco Relativo à Não Existência de Garantia para Eliminação de Riscos: A realização de investimentos nas Debêntures expõe os investidores aos riscos que a Incorporadora está sujeita, a saber, o inadimplemento dos Compromissários Compradores, os quais poderão acarretar perdas para os investidores, caso a Fiança da Fiadora e demais garantias reais oferecidas não sejam honradas ou suficientes pra satisfazer o saldo devedor das Debêntures.

12.1.6. Riscos Relativos ao Empreendimento Imobiliário: Os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente podem ser afetados na hipótese de embargos de obra, administrativos ou judiciais, ou em virtude de decisões judiciais ou propositura de ações que possam afetar o Empreendimento Imobiliário.

12.1.7. Demais Riscos: As Debêntures também poderão estar sujeitas a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis às Debêntures, alteração na política econômica, dentre outros.

12.2 Renúncia de Garantia de Rentabilidade. As partes concordam que, haja vista que o investimento em Debêntures envolve riscos, a presente Emissão não poderá ser considerada ou interpretada como uma garantia ou promessa de rentabilidade, ganhos e/ou retorno financeiro ao Titular das Debêntures.

JUL 05 2017

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - NOTIFICAÇÃO

JUL 05 2017

13.1 Todas e quaisquer notificações ou quaisquer outras comunicações exigidas ou permitidas nos termos desta Escritura de Emissão serão realizadas por escrito, mediante entrega pessoal, por fac-símile, serviço de entrega especial ou carta registrada, sempre com comprovante de recebimento, endereçados para os seguintes endereços:

- (a) para a Emissora:

INPAR INVESTIMENTOS II S.A.

Rua Olimpíadas, nº 205 – 2º andar, São Paulo / SP

At: Sr. Otavio Araújo

Telefone: (011) 3046-3000

Fac-símile: (011) 3046-3046

e-mail: otavio.araujo@inpar.com.br / investidores@inpar.com.br

- (b) para a Fiadora:

INPAR S.A.

Rua Olimpíadas, nº 205 – 2º andar, São Paulo / SP

At: Sr. Otavio Araújo

Telefone: (011) 3046-3000

Fac-símile: (011) 3046-3046

e-mail: otavio.araujo@inpar.com.br / investidores@inpar.com.br

- (c) para a Incorporadora:

PROJETO RESIDENCIAL MARINE HOME RESORT SPE 66 LTDA

Rua Olimpíadas, nº 205 – 2º andar, São Paulo / SP

At: Sr. Otavio Araújo

Telefone: (011) 3046-3000

Fac-símile: (011) 3046-3046

e-mail: otavio.araujo@inpar.com.br / investidores@inpar.com.br

- (d) para o Agente Fiduciário e/ou Titulares das Debêntures:

PENTÁGONO S.A. DTVM

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, Rio de Janeiro / RJ

At. Marcelo da Costa Ribeiro

Telefone: (021) 3385-4565

Fac-símile: (021) 3385-4046

e-mail: trustee@pentagonotrustee.com.br

13.2 Ressalvadas eventuais exceções expressamente previstas nesta Escritura de Emissão, todas e quaisquer notificações, instruções e comunicações nos termos desta Escritura de Emissão serão válidas e consideradas efetivas na data do recebimento das mesmas, conforme comprovado através do recibo assinado pelo destinatário, da entrega da notificação judicial ou extrajudicial ou, no caso de envio por fac-símile ou entrega de correspondência, através do relatório ou comprovante de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RENÚNCIAS E NULIDADE PARCIAL

14.1 Cada Parte reconhece que (i) os direitos e recursos nos termos desta Escritura de Emissão são cumulativos e podem ser exercidos separada ou simultaneamente, e não pretendem excluir quaisquer outros direitos e recursos previstos em lei ou por qualquer outro contrato; (ii) a renúncia, por qualquer Parte, a qualquer desses direitos somente será válida se formalizada por escrito; (iii) a renúncia de um direito será interpretada

JUCESP

restritivamente, e não será considerada como renúncia de qualquer outro direito; e (iv) a nulidade ou invalidade de qualquer das cláusulas contratuais aqui previstas não prejudicará a validade e eficácia das demais cláusulas e disposições desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SOBREVIVÊNCIA

15.1 Não obstante a ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado previsto na Cláusula 6ª., supra, todos os acordos, declarações e garantias objeto desta Escritura de Emissão permanecerão em pleno vigor e efeito até o cumprimento integral das obrigações de pagamento previstas nos Compromissos de Venda e Compra.

15.2 As Partes concordam que, caso, por qualquer motivo, qualquer disposição desta Escritura de Emissão venha a ser considerada inválida ou ineficaz, todas as demais condições e cláusulas permanecerão válidas e exeqüíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1 Todas e quaisquer alterações da presente Escritura de Emissão deverão ser procedidas por meio de Aditamento à Escritura de Emissão, conforme quorum aqui estabelecido, a ser levado a registro no JUCESP e arquivado pela câmara que mantenha sistemas de registro e liquidação financeira de títulos privados contratada pelo Agente Fiduciário para negociação das Debêntures.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ARBITRAGEM

17.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

17.2 Todas as disputas ou controvérsias relacionadas a esta Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantia, inclusive quanto à sua interpretação, serão definitivamente resolvidas por meio de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, de acordo com o Regulamento da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (o "Regulamento Brasil-Canadá") ou o Regulamento da Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (o "Regulamento CMASP"), a critério da Parte que solicitar a arbitragem.

17.3 O Tribunal Arbitral será composto de três árbitros, a serem nomeados de acordo com o Regulamento Brasil-Canadá ou o Regulamento CMASP, conforme o caso.

17.4 Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, qualquer das Partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao Tribunal Arbitral instituído ou a ser instituído.

17.5 Será competente o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para efeito do disposto no parágrafo acima, assim como para a execução da sentença arbitral."

CLÁUSULA C - DISPOSIÇÕES GERAIS

C.1 O presente Aditamento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores.

(página de assinaturas do Aditamento nº. 2 à Escritura de Emissão de Debêntures Simples,
Não Conversíveis em Ações, Em Série Única, Nominativas e Escriturais, com Garantia Real e Garantia Adicional
Fidejussória, celebrado em 23 de dezembro de 2009)

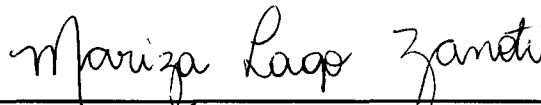
C.2 O presente Aditamento será levado a registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo, no prazo de até 20 (vinte) dias, contado da data de assinatura.

AS PARTES firmam este Aditamento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 23 de dezembro de 2009.



INPAR INVESTIMENTOS II S.A.



PENTÁGONO S.A. DTVM



PROJETO RESIDENCIAL MARINE HOME RESORT SPE 66 LTDA.

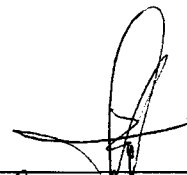


INPAR S.A.

Testemunhas:



Nome: Candina Patti Nakamoto
RG nº.: 43991730-X



Nome: Kátia Regina Bueno de Godoy
RG nº.: 34.646.645-0



SECRETARIA DA FAZENDA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
DEBÊNTURE

CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO

KÁTIA REGINA BUENO DE GODOY
SECRETÁRIA GERAL

ED000475-3/002



JUCESP

PROCURAÇÃO

11033

Pelo presente instrumento particular, a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38,

38, situada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço na Av. das Américas nº 4200 - Bl.04, sala 514 - Barra da Tijuca, neste ato, devidamente representada por seus Diretores, **SERGIO DA COSTA RIBEIRO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento nº 1878/69 expedido pelo CREA/RJ em 03/12/1982, inscrito no CPF sob nº 027.425.277-53, **MARCELO DA COSTA RIBEIRO**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da carteira de identidade nº 08.942.275-2, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 024.726.677-95, ambos residentes e domiciliados no endereço supramencionado, nomeia e constitui como sua bastante procuradora, **MARIZA LAGO ZANOTTI**, brasileira, solteira, estudante, portadora da carteira de identidade nº 29.853.515-4, expedida pelo SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 317.908.518-58, a qual confere poderes para, (i) ISOLADAMENTE, assinar todo e qualquer ato necessário à realização das emissões de debêntures em que a Outorgante figure como parte, podendo, para tanto, assinar: Escrituras de Emissão de Debêntures e seus respectivos aditamentos, ata de assembleia de debenturistas, lista de presença de debenturistas, bem quaisquer documentos relacionados à emissão; Termo de Securitização de Créditos Imobiliários e seus respectivos aditamentos, ata de assembleia de titulares dos certificados e lista de presença de titulares de certificados, bem como quaisquer documentos relacionados à emissão de certificados de recebíveis imobiliários; e (ii) em CONJUNTO com 1 (um) Diretor ou com 1 (um) Procurador, assinar documentos necessários ao registro de Cédula de Créditos Imobiliários junto à CETIP, bem como quaisquer outros documentos, inclusive contratos de qualquer natureza, relacionados à atividade de Registrador, Custodiante e/ou Agente de Pagamento junto à CETIP e/ou junto a qualquer entidade, empresa, órgão e/ou instituição; instrumento de constituição de Fundos de Investimento, seu Regulamento e respectivos aditamentos, ata de assembleia de cotistas, lista de presença de cotistas, bem como quaisquer documentos, inclusive contratos de qualquer natureza, relacionados à administração, gestão, distribuição de quotas e/ou outra atividade, necessários ao bom funcionamento dos Fundos de Investimento; outros documentos relacionados às operações envolvendo quaisquer valores mobiliários ou títulos de crédito em que a empresa outorgante atue ou venha a atuar, sem exclusão das operações acima citadas; todo e qualquer documento decorrente das atividades relacionadas ao departamento pessoal da Empresa Outorgante, sempre assinando todos os instrumentos em que a outorgante figure como parte, nos termos e condições do mandato ora outorgado, podendo, para tanto, assumir obrigações, estabelecer condições, receber preço, passar recibo, acordar, discordar, transigir, dar e receber quitação, firmar termos e compromissos, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal desempenho deste mandato, sendo vedado o substabelecimento.

O presente mandato possui validade até 31 de dezembro de 2009.

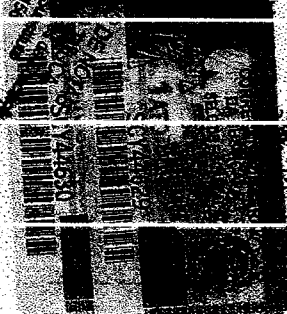
Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2009.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Marcelo da Costa Ribeiro
Diretor

Sergio da Costa Ribeiro
Diretor

15. SETOR DE NOTAS PARA A TITULAÇÃO DE RENDIMENTO QUE SERÁ
AV. DA AMÉRICA, 500 BL. 04, SALA 514 - BARRA DA TIJUCA - RIO DE JANEIRO - RJ
RECONHEÇO POR SEME-ANÇA a (e) firma(s) de
MARCELO DA COSTA RIBEIRO e SERGIO DA COSTA RIBEIRO
Em 11 de agosto de 2009
SEL(S): SCV44329 e SCV44330 - Rio de Janeiro, 11 de Agosto de 2009
FUNDEPERJ 036 FUNDEPERJ 036 FETUJ 48 ENOL 36 TOTAL 854
NÃO COS AUTO JO ROPRUTIES DA CENCECAO ESCRITANTO



923000.
01 10 40

HDE 4º Tabelionato de Notas do Rio de Janeiro
Cartório Hamilton Barros
Av. do Arco-Enfermado, 1500 Lj. C - Tel.: (21) 3434-9400

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado. Conf. por: Rio de Janeiro, 07 de Dezembro de 2009. Valor: 4,89

JOBSON ELEUTERIO BELO Escrevente Aut.

4. OFÍCIO DE NOTAS
Jobson Eleuterio
Escrevente Aut.
Cart. Tr. 197.151.168

FED81232

AUTENTICAÇÃO
DZO

CONSELHORIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ